

A black and white close-up portrait of Helio Jaguaribe, an elderly man with glasses, looking slightly to the left. He is wearing a white shirt and a dark, patterned tie.

Aldo Ferrer
Alfredo Lamy Filho
Álvaro de Vasconcelos
Arno Wehling
Candido Mendes
Carlos Perez Llana
Celso Furtado
Celso Lafer
Pe. Fernando Bastos de Ávila
Gelson Fonseca Jr.
Helio Jaguaribe
Jacques Ginesta
João Paulo de Almeida Magalhães
Lorenzo Fernandez
Luciano Tomassini
Ludovico di Camerana
Luiz Carlos Bresser Pereira
Manfred Mols
Mario Cesar Flores
Mario Vieira de Mello
Moacyr Félix
Samuel Pinheiro Guimarães
Thomas Skidmore
Torcuato S. Di Tella

Estudos em Homenagem a

HELIO JAGUARIBE

Organizadores

Alberto Venancio Filho
Israel Klabin
Vicente Barretto



PAZ E TERRA

© HELIO JAGUARIBE

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ
Capa: Isabel Carballo

E85

Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe / organizadores,
Alberto Venancio, Israel Klabin, Vicente Barreto. — São Paulo :
Paz e Terra, 2000

Anexos

Inclui bibliografia
ISBN 85-219-0346-4

1. Jaguaribe, Helio, 1923-. 2. Sociologia política.
I. Venancio, Alberto. II. Klabin, Israel. III. Barreto, Vicente.

00-0076

CDD-306.2
CDU-316.334.3

Índices para catálogo sistemático

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010
Tel.: (011) 223-6522
www.pazeterra.com.br
vendas@pazeterra.com.br

2000

Impresso no Brasil/ *Printed in Brazil*

BRASIL, PORTUGAL E A EUROPA — AS RAÍZES E O PROJETO

Álvaro de Vasconcelos

O amor exuberante de Helio Jaguaribe por tudo o que produziu ou produz o gênio humano, aliado a uma enorme capacidade de intervenção pública, não deixam de me maravilhar desde o nosso primeiro encontro, em 1986, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas que dirige, para os lados do Jardim Botânico. Procurei-o a conselho de Celso Lafer e do malogrado José Guilherme Merquior, a quem fiquei a dever o privilégio de colaborar com Helio Jaguaribe desde esse dia, já lá vai mais de uma década. Década extraordinária, de mudança, que viu o fim da guerra fria, a consolidação da democracia no Brasil e a participação plena de Portugal no processo europeu, questões que fomos discutindo e comentando ao longo destes anos com um grupo de amigos comuns do qual quero destacar, além de Celso Lafer, Gelson Fonseca e Guilherme d'Oliveira Martins.

Dessa convivência e amizade nasceu um conjunto de projetos sobre as relações luso-brasileiras, a lusofonia, as relações entre a União Européia e o Brasil e entre a União Européia e o Mercosul. O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais publicou, desde 1987, vários trabalhos de Helio Jaguaribe de que resulta uma visão brasileira, sobre o Brasil, Portugal e a Europa. São as suas idéias-chave, as que me parecem mais importantes para a compreensão da perspectiva própria de Helio Jaguaribe, que procurarei sintetizar neste artigo, à espera da publicação em coletânea desses textos argutos sobre a política externa brasileira e também sobre a portuguesa, e mesmo a européia (o seu portuguesismo e o seu cosmopolitismo assim o permitem). Recorro também às minhas notas de algumas das intervenções de Helio Jaguaribe nos numerosos seminários em que participamos, e à minha memória do que ouvi de um dos mais brilhantes conversadores em língua portuguesa, enquanto saboreávamos alguns dos "néctares divinos" portugueses de que ele é um verdadeiro conhecedor e, sempre que possível, esse "requinte de civilização" que é o queijo da serra.

Portugal: o novo destino

Um dos traços marcantes de Helio Jaguaribe é a sua portugalidade. Portugal concebido como raiz cultural e histórica do seu brasileiro e componente do seu

projeto para o Brasil moderno. Para Helio Jaguaribe, Portugal é também a terra da sua mãe (era de Vila Nova de Gaia) e o país onde fez a instrução primária, no Colégio Infante de Sagres, em Benfica.

Portugal é, para Helio Jaguaribe, ao mesmo tempo a raiz do Brasil e, pela sua pertença à União Européia, parte do projecto da sua afirmação internacional autónoma, nomeadamente no quadro da sua complexa relação com o grande vizinho norte-americano. O Brasil, considera-o a obra mais extraordinária do gênio português, nomeadamente de “dois grandes estadistas”: D. João VI e o marquês de Pombal. Em primeiro lugar, de D. João VI, cuja engenhosa retirada estratégica para o Rio de Janeiro com boa parte da elite portuguesa, permitiu a constituição do Estado brasileiro e o tornou, até hoje, mal amado em Portugal, para espanto de Helio Jaguaribe. D. João VI era, na sua feliz expressão, representante “de um governo à procura de um país e encontrou um país à procura de um governo”. Governo que terá sido decisivo para que o Brasil tenha se tornado um Estado federal e não se desintegrasse à imagem dos seus vizinhos de língua castelhana. Uma experiência única é percorrer com Helio Jaguaribe o Jardim Botânico do Rio, obra de D. João VI, e ouvi-lo falar do rei junto à palmeira que plantou.

Helio Jaguaribe faz parte, como se constata, de uma geração que não tem complexos terceiro-mundistas em relação à antiga potência colonizadora. O Portugal de Helio Jaguaribe não é contudo o do luso-tropicalismo, mítico, à Gilberto Freire. Também não é o dos que consideram que Portugal devia optar pelo Brasil e a África em nome de uma lusofonia retórica e passadista. Perspectiva de alguns brasileiros que se tornam mais portugueses que os próprios portugueses. Perspectiva de alguns portugueses que em nome de sonhos do V Império Atlântico, de jangadas de pedra ibéricas, ou de preconceitos geopolíticos e nacionalistas, defendem uma lusofonia antieuropeia e, muitas vezes, antiespanhola e, acaso, antibrasileira. É a partir de um patriotismo brasileiro crítico mas indesmentível que Helio Jaguaribe — como aliás a atual geração que orienta o Itamarati — olha para Portugal. O que é importante para Portugal é que existam brasileiros que trabalham para a afirmação do Brasil como nação democrática e próspera no mundo e que consideram lucidamente que a pátria de poetas que amam e que é para muitos a dos seus antepassados tem importância para esse desígnio internacional.

A convergência entre portugueses e brasileiros é natural, vem da história, da cultura e da língua comum e não depende para existir de políticas específicas dos respectivos governos, como se confirmou nas últimas décadas: “constitui, como tal, uma realidade histórica que se impõe por si mesma, seja qual for a atuação dos respectivos Estados. O que está em jogo, portanto, para os fins de um regime de cooperação entre Portugal e o Brasil, não é propriamente a preservação dessa comunidade. O que está em jogo são mecanismos que otimizem, econômica e politicamente

te, a utilização desse grande patrimônio comum”.¹ Em suma, o que faltava no final da década de 1980 era dar substância a essa relação especial. A adesão de Portugal à Comunidade Européia e a importância de que esta se reveste para o Brasil, do ponto de vista político e econômico, veio acrescentar valor e objetivos concretos à relação bilateral.

No momento da adesão de Portugal à União Européia, em 1986, já se perspectivava o mercado único europeu de 1992 cujo possível efeito restritivo preocupava o Brasil e o levava a procurar na Europa “nichos de oportunidade” para os seus investimentos e um regime mais favorável para o relacionamento do Brasil e da América Latina com a Comunidade. A adesão simultânea de Portugal e da Espanha tornava este projeto mais viável. A Comunidade era já, nos anos 80, o principal parceiro comercial e financeiro do Brasil (representando, em 1986, 25% das suas exportações e 35% do seu investimento).

Há países europeus como a Alemanha ou a França, certamente, que têm uma relação econômica e financeira mais forte com o Brasil do que Portugal. No entanto, na política europeia, Portugal chega cedo ao Brasil nas suas prioridades de política externa, mais cedo que qualquer outro Estado da União Européia. Isto foi assim durante a presidência portuguesa da União Européia em 1992 e deverá voltar a ser durante a próxima, no primeiro semestre de 2000. Como justamente observou Helio Jaguaribe, a associação luso-brasileira aumenta o poder de barganha e empresta maior peso político a Portugal na União.

À visão de caráter estratégico da relação luso-brasileira junta Helio Jaguaribe a noção de urgência. Urgência para Portugal de tirar partido da ocasião que a deusa História, com a devida vênua ao grande helenista que é Helio Jaguaribe, volta-lhe a dar de influenciar o sentido do mundo. Como me disse uma vez, “Portugal e os portugueses, no centro da Europa, com o euro, têm uma capacidade surpreendente para influenciar as relações da Europa com o Mercosul”.

Vale a pena refletir um pouco sobre o modo como Helio Jaguaribe concebe as relações com a África na sua perspectiva da lusofonia. Muitos países africanos, pela natureza despótica dos seus regimes, o subdesenvolvimento econômico, a dificuldade na criação de Estados modernos, têm hoje, e terão no futuro próximo, um peso diminuto nas relações internacionais. Alguns países africanos lusófonos, como Angola e Guiné-Bissau, minados pela guerra, não foram capazes sequer de se inserir no sistema internacional. Cabo Verde e São Tomé estão numa fase de transição e consolidação democrática, a que Moçambique alia a consolidação da paz, que merece todo o apoio de Portugal e do Brasil, e são, certamente, parceiros a ter em consi-

1. Helio Jaguaribe, “Portugal e Brasil perante a integração europeia”, in *Estratégia — Revista de Estudos Internacionais*, nº 6; Lisboa: IEEI, 1989.

deração. Helio Jaguaribe tem contudo consciência da maior modéstia da contribuição africana nas atuais circunstâncias para o projeto internacional do Brasil ou de Portugal. O que não significa que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), se flexível, não seja um projecto relevante. A CPLP não é, no entanto, uma alternativa aos esforços de integração ou cooperação regional em que se inserem os seus Estados, nomeadamente à União Européia e ao Mercosul, e também à SADC — pelo contrário, deve facilitar esse objetivo.

É no plano cultural que a lusofonia é particularmente relevante, também na perspectiva do Brasil potência, pois “a operacionalização cultural comum gera extraordinários dividendos em todos os planos. Não se trata, apenas, da formação de amplos mercados consumidores do simbólico comum, do livro ao cinema e à televisão, com seus correlatos econômicos. Trata-se, também, de um intercâmbio de competências para a produção cultural e de facilidades educacionais. E dos efeitos políticos de uma grande comunidade cultural”.² Com o Brasil, Portugal terá os instrumentos de que isoladamente carece para administrar esse grande ativo do país que é a cultura lusófona universal. A África lusófona, aliás como Timor e Macau, dão um contributo significativo à universalização da língua portuguesa.

A Europa e a construção da multipolaridade

O Brasil deve assumir plenamente a sua herança européia e todas as vantagens da racionalidade técnica ocidental que se universalizou. Se na década de 1960 o Brasil se tornou o país mais moderno do chamado Terceiro Mundo, trata-se agora de se tornar um país do Primeiro Mundo, e para isso é necessário vencer as graves injustiças sociais que separam o grande país lusófono dos países desenvolvidos.

Durante o governo Collor, Helio Jaguaribe apontou como essencial para o projeto de fazer do Brasil um país do primeiro mundo a resolução do dilema entre a modernidade de diversos setores da sociedade civil e a falta de eficácia do Estado. A solução não estava porém nem no regresso às políticas isolacionistas de substituição de importações em projetos de “autarquia nacionalista”³, nem a um autoritarismo mais ou menos iluminado, mas nas reformas políticas em favor da governabilidade, do desenvolvimento econômico e social e de uma abertura controlada em rela-

2. Helio Jaguaribe, “Os interesses luso-brasileiros na Comunidade Européia e na África”; texto apresentado ao seminário “Portugal, Brasil, África: Que convergência?”, Lisboa: IEEI, outubro de 1989.

3. Helio Jaguaribe, “Significação e alcance do Mercosul”; IV Fórum Euro-Latino-Americano; Roma: IEEI, maio de 1996.

ção ao exterior. Aqui surge a importância do Mercosul, de que Helio Jaguaribe é um dos pioneiros como lembrou no Fórum Euro-Latino-Americano Fernando Henrique Cardoso. Mercosul visto como uma plataforma para a integração competitiva do Brasil no sistema econômico internacional onde as potências, nomeadamente os Estados Unidos, defendem um neoliberalismo radical na relação com terceiros e uma atitude pragmática na defesa dos seus mercados.

O modelo neoliberal radical em moda nos anos 80 e 90 não era o adequado para o Brasil se integrar no sistema econômico internacional e superar os seus graves problemas de injustiça social. Era preciso uma abertura gradual e controlada, em suma, a aplicação de um modelo de "liberalismo pragmático", colocando a competitividade a serviço da qualidade de vida e não relegando esta apenas para a esfera do privado e para um plano secundário.⁴ Proposta de modelo econômico que se aproxima mais do europeu que do norte-americano. É de dentro para fora, pelas necessidades de consolidação do Brasil como Estado moderno e mais justo que me parece que o autor de *Sociedade, Estado e Partidos na Atualidade Brasileira* pensa o projeto internacional do Brasil.

Este projeto internacional tem para Helio Jaguaribe como desígnio maior a construção de um mundo multipolar que, esperando o papel que possa vir a exercer a China ou a Rússia, e num outro plano o Mercosul, necessita que a União Européia se afirme como novo pólo não só econômico mas também político. "A médio prazo a alternativa multipolar depende da medida em que a União européia logre instituir um sistema interno de consenso que permita, de forma consistente, a formulação e satisfatória implementação de uma política internacional comum",⁵ o que implica a formulação de uma proposta alternativa ao projeto de *pax americana*. Aqui aparece a idéia de que dada a sua diversidade, a Europa não tem condição para uma política satelizante e é forçada a uma política mais cooperativa que a dos Estados Unidos. A tese de Helio Jaguaribe é que o Mercosul, apesar do seu relativamente modesto peso internacional, é chamado a ter uma influência significativa na definição do futuro ordenamento internacional. Isto porque um Mercosul que se consolide e se dote de uma política externa teria um efeito de ruptura na indefinição européia dando argumentos sólidos aos defensores da Europa política.⁶ Para que o Mercosul assumia esse papel é essencial que não se dissolva numa zona de livre comércio das Américas.

4. Idem.

5. Helio Jaguaribe, "Mercosul e as alternativas para a ordem mundial"; in V Fórum Euro-Latino-Americano; Lisboa: IEEI, maio de 1998.

6. Mario Telò, "Le développement de l'union politique européenne", in *La PESC, Ouvrir l'Europe au monde*; dir. Marie Françoise Durand e Álvaro de Vasconcelos; Paris: Sciences Po, 1998.

Muitos têm sustentado, com argumentos sólidos, que é possível conciliar o projeto do Mercosul e a participação na ALCA, desde que o seu aprofundamento se dê antes do Acordo de Livre Comércio das Américas. Helio Jaguaribe discorda desta proposta que tem um largo consenso no Brasil com o vigor e frontalidade de sempre: “a constituição da ALCA implica, praticamente, o desaparecimento do Mercosul porquanto conduziria à eliminação de fronteiras aduaneiras entre todos os países das Américas, assim eliminando a tarifa externa comum, que é uma característica fundamental do Mercosul”.⁷ A única saída seria, pois, dizer não ao projeto ALCA. Este é, neste momento, o seu grande combate político. Não faltam argumentos para dar razão a Helio Jaguaribe. Antes de tudo, a ALCA não é para os Estados Unidos apenas um projeto de livre comércio, inscreve-se na visão americana de organização do sistema internacional no pós-guerra fria; “os acordos de comércio (...) são para a administração Clinton como o foram para a de Bush, da mesma natureza que os acordos militares durante a guerra fria”.⁸ Para tal estratégia americana, o Mercosul é uma inutilidade e mesmo um empecilho porque corresponde à estratégia brasileira de afirmação autônoma no contexto hemisférico.⁹ Mas também é verdade que Clinton, durante a sua visita ao Brasil, em outubro de 1997, afirmou apoiar o Mercosul pelo seu inegável contributo para a normalização e fortalecimento das relações entre o Brasil e a Argentina.

O argumento “aprofundar o Mercosul antes e participar na ALCA depois” faz todo o sentido. Mas para isso é necessário definir melhor, primeiro, o que se entende por aprofundar o Mercosul. Para resistir à dissolução na ALCA, implica que se dote de instituições e construa um mercado comum e provavelmente uma união monetária que discuta então com os Estados Unidos e os demais parceiros da futura ALCA um acordo de livre comércio. Tem possivelmente razão Helio Jaguaribe quando afirma que, nas presentes circunstâncias, o Mercosul não resistirá ao impacto da ALCA.

O fato de o Congresso americano ter chumbado o *fast track* permitiu ao Mercosul ganhar tempo para se consolidar. É aliás pouco provável que o Congresso americano venha a aprovar a liberalização do comércio que o Brasil exige para integrar a ALCA. Esse *intermezzo* deve servir para colocar as questões cruciais em jogo no aprofundamento do Mercosul.

7. Helio Jaguaribe, op. cit., V Fórum Euro-Latino-Americano.

8. Stuart E. Eizenstat, *Our Future Trade Agenda. Remarks before the House of Representatives*, 24 de Setembro de 1997.

9. Riordan Roett, “A União Européia e o Mercosul: perspectiva dos Estados Unidos”; in V Fórum Euro-Latino-Americano.

O compasso de espera da ALCA é também uma janela de oportunidade para aprofundar o relacionamento entre a União Européia e o Mercosul e firmar um acordo de associação UE-Mercosul. Na Europa da moeda única, predominam os Estados da Europa germânica e latina que têm da União Européia uma visão política, como bem notou Helio Jaguaribe.¹⁰

Os que têm uma visão estratégica das relações externas da União Européia dão prioridade às relações com o Mercosul e à sua consolidação, entendendo que uma relação privilegiada pode ser um elemento estruturante de uma nova ordem internacional. Como se tem afirmado nas conclusões do V Fórum Euro-Latino-Americano: "a União Européia e o Mercosul têm um interesse comum na promoção de uma ordem mundial regida por regras fixadas multilateralmente, aceitas por todos e de aplicação universal. Têm um interesse comum em que todos, os fracos e os poderosos, subscrevam um 'pacto de confiança recíproca' baseado na formulação multilateral de um corpo de regras e de uma agenda mundial. Têm um interesse comum, em suma, em substituir a *pax americana* pela *pax interdemocratica*".¹¹

Seria um erro grave não dar à consolidação da relação UE-Mercosul a noção de urgência jaguaribiana, a pretexto ou na ilusão de que os problemas da ALCA a tornaram menos imperiosa. O desígnio americano para as Américas não mudou, e por muito que nos custe será muito difícil aos países do Mercosul dizerem não à proposta da ALCA.

Um dos grandes projetos do início de século é o da construção de um mundo de polaridades definidas¹², para usar a expressão de Celso Lafer, mas regido por normas jurídicas internacionais estáveis, aceitas pelo maior número, e base de um sólido sistema multilateral. O combate atual de Helio Jaguaribe pela afirmação do Mercosul como pólo desse sistema é certamente um contributo engenhoso e relevante para esse desígnio.

10. Helio Jaguaribe, ob. Cit. V Fórum Euro-Latino-Americano.

11. Relatório do V Fórum Euro-Latino-Americano, Regular e democratizar o sistema global; Lisboa: IEEI, outubro de 1998.

12. Celso Lafer e Gelson Fonseca, "A problemática da integração num mundo de polaridades indefinidas", in *A Integração Aberta*; Lisboa: IEEI, julho de 1995.